



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

INSPEÇÃO CORREICIONAL
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ

| | |
|--|---|
| Comarca | Acará |
| Unidade inspecionada | Vara Única da Comarca de Acará |
| Competência da unidade | Competência cível e criminal – execução penal em regime aberto |
| Data de inspeção/edital | 29/02/2024 a 01/03/2024 - Edital 01/2024-CGJ (Diário de Justiça Eletrônico de 26/01/2024) |
| Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade | Emelin Sousa do Espírito Santo – Auxiliar Judiciário - Diretora de Secretaria desde janeiro de 2023 |



Foto: Fachada do Fórum da Comarca de Acará/PA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Anotação da Unidade: EMILIA NAZARE PARENTE E SILVA DE MEDEIROS
Observação da Corregedoria: A Exma. Sra. Dra. Emília Nazaré Parente e Silva de Medeiros é a Juíza Titular da Comarca desde 14/12/2023.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- Férias: Não houve
- Folgas compensatórias: da titular – dois dias em 15 e 16/02/24
- Licenças: da titular – cinco dias de 02 a 06 de janeiro/24

1.3. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade: não há

Observação da Corregedoria: A servidora Claudiana Hage, Diretora de Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça, em exercício, expediu certidão nos seguintes termos: Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "**Acará – Vara Única - TJPa**", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo ainda, que foi localizado expediente administrativo em andamento, a saber: **CorOrd 0000597-39.2024.2.00.0814 (Conclusos)**; Informo por derradeiro, que nada foi localizado, em tramitação, em desfavor da magistrada titular da Vara, Dra. **Emília Nazaré Parente e Silva de Medeiros.**"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

| NOME | VÍNCULO |
|--|--|
| SECRETARIA | |
| Emelin Sousa do Espírito Santo | Diretora de Secretaria auxiliar judiciário |
| Célio Roberto da Silva Leão | analista judiciário |
| Gabriel Santos Lima | analista judiciário |
| Thais Magno Gomes de Oliveira | analista judiciário |
| Meili Silva Lima | auxiliar judiciário |
| Maria Margareth da Silva Carneiro | cedida da Prefeitura |
| Izabela Araújo da Silva | cedida da Prefeitura (assistente social) |
| Gleycilene Foro Damasceno | cedida da Prefeitura |
| GABINETE | |
| Mariana Pinto Murrieta | analista judiciário |
| José Itamar Pereira de Matos Junior | assessor exclusivamente comissionado |
| Thiago da Silva Modesto | auxiliar judiciário |
| OFICIAIS DE JUSTIÇA | |
| Juscelino Costa da Silva | |
| Diego Colares Motta | |
| Virgília Horta Fernandes Correa Oliveira | cedida da Prefeitura |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

| UNAJ | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| Ana Maria Fadul de Souza | exclusivamente comissionado |
| TERCEIRIZADOS | |
| Deuzarina Raquel Silva e Souza | serviços gerais |
| Gerson Silva dos Santos | segurança |
| Dariane de Sousa Costa | cedida da prefeitura |

2.1.1 Secretaria

| Vínculo do(a) servidor(a) | Quantitativo |
|---|---------------------|
| Efetivos (as) | 06 |
| Exclusivamente comissionados(as) | 00 |
| Cedidos(as)/Requisitados(as) | 03 |
| Estagiários/as | 00 |
| Terceirizados/as | 00 |

2.1.2. Gabinete:

| Vínculo do(a) servidor(a) | Quantitativo |
|---|---------------------|
| Efetivos(as) | 02 |
| Exclusivamente comissionados(as) | 01 |
| Cedidos(as)/Requisitados(as) | 00 |
| Estagiários(as) | 00 |
| Terceirizados(as) | 00 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Vara Unica da Comarca de Acara

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Vara Unica da Comarca de Acara
Gestor(a) [Emelin Sousa do Espírito Santo](#)
Localização FORUM PROF. DR. LOURENCO DO VALE PAIVA
Telefones (91) 3732-1167
E-mail Institucional
Juiz Titular [Emilia Nazare Parente e Silva de Medeiros](#)

| Nome | Vinculo | Grupo | Situação |
|---|--------------------------|------------------------------|----------|
| Celio Roberto da Silva Leao | Efetivo | Analista Judiciario | Normal |
| Emelin Sousa do Espírito Santo | Efetivo | Auxiliar Judiciario | Normal |
| Emilia Nazare Parente e Silva de Medeiros | Magistrados | Diretor do Forum de Acara | Normal |
| Gabriel Santos Lima | Efetivo | Efetivo | Normal |
| Gabriel Santos Lima | Efetivo | Analista Judiciario | Normal |
| Gleicylene Foro Damasceno | Requisitado - Prefeitura | Requisitado - Nivel Medio | Normal |
| Izabela Araujo da Silva | Requisitado - Prefeitura | Requisitado - Nivel Superior | Normal |
| Maria Margarete da Silva Carneiro | Requisitado - Prefeitura | Requisitado - Nivel Medio | Normal |
| Meli Silva Lima | Efetivo | Auxiliar Judiciario | Normal |
| Thais Magno Gomes de Oliveira | Efetivo | Analista Judiciario | Normal |
| Thiago da Silva Modesto | Efetivo | Auxiliar Judiciario | Normal |
| Virgilia Horta Fernandes Correa Oliveira | Requisitado - Prefeitura | Requisitado - Nivel Medio | Normal |

Gabinete da Vara Unica da Comarca de Acara

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Gabinete da Vara Unica da Comarca de Acara
Gestor(a) [Emilia Nazare Parente e Silva de Medeiros](#)
Localização FORUM PROF. DR. LOURENCO DO VALE PAIVA
Telefones (91) 3732-1167
E-mail Institucional

| Nome | Vinculo | Grupo | Situação |
|---|-----------------------------|---------------------|----------|
| Jose Ilamar Pereira de Matos Junior | Exclusivamente Comissionado | Comissionado | Normal |
| Mariana Pinto Murneta | Efetivo | Analista Judiciario | Normal |

Secretaria do Forum da Comarca de Acara

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Secretaria do Forum da Comarca de Acara
Gestor(a) [Emilia Nazare Parente e Silva de Medeiros](#)
Localização FORUM PROF. DR. LOURENCO DO VALE PAIVA
Telefones (91) 3732-1167
E-mail Institucional

| Nome | Vinculo | Grupo | Situação |
|---|--------------------------|------------------------------|----------|
| Naira Maria Vaz Barbosa | Requisitado - Prefeitura | Requisitado - Nivel Superior | Normal |

Unidade Local de Arrecadacao - Acara

SubÁrea Secretaria de Planejamento, Coordenacao e Financas
Lotação Unidade Local de Arrecadacao - Acara
Gestor(a) [Emilia Nazare Parente e Silva de Medeiros](#)
Localização FORUM PROF. DR. LOURENCO DO VALE PAIVA
Telefones (91) 3732-1167
E-mail Institucional

| Nome | Vinculo | Grupo | Situação |
|--|-----------------------------|--------------|----------|
| Ana Maria Fadul de Souza | Exclusivamente Comissionado | Comissionado | Normal |

Central de Mandados da Comarca de Acara

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Central de Mandados da Comarca de Acara
Gestor(a) [Emilia Nazare Parente e Silva de Medeiros](#)
Localização FORUM PROF. DR. LOURENCO DO VALE PAIVA
Telefones (91) 3732-1167
E-mail Institucional

| Nome | Vinculo | Grupo | Situação |
|---|-------------------------|------------------------------|--|
| Diego Colares Motta | Efetivo | Oficial de Justica Avaliador | Normal |
| Juscélino Costa da Silva | Estatutario nao Estavel | Oficial de Justica | Normal |
| Luiza Amelia Ribeiro Garcia | Efetivo | Oficial de Justica Avaliador | Afastamento: Licenca para tratamento de saude: 03/12/2023 - 01/03/2024 - Dia(s): 90. |

Fonte: Sistema IGP

2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

metas fixadas no plano de ação para 2024?

Anotação da Unidade: O acompanhamento é feito diariamente por meio do IEJUD.

Observação da Corregedoria: Foi informado pela Unidade que o controle é realizado de duas formas, através de uma tabela e pelo Iejud.

2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

Anotação da Unidade: Emelin Sousa do Espírito Santo, teletrabalho (09/08/2023); curso gestão de pessoas (05/05/2023); roda de conversa - avaliação sobre a aplicação das medidas protetivas e as inovações da lei maria da penha (lei nº 14.550/23) (11/05/2023); fluxo do pje criminal; estrutura, organização e funcionamento das varas criminais, estrutura, organização e funcionamento das varas cíveis, malote digital.

Thais Magno Gomes de Oliveira, Curso de Formação Inicial para servidores(05/09/2023); Sigadoc (04/08/2023); Ética no Serviço Público (05/09/2023); fluxo do pje criminal.

Gabriel Santos Lima, curso teletrabalho (22/08/2023); curso rotinas cíveis no pje (15/02/2023).

Célio Leão, curso fluxo do pje criminal (28.12.2023); curso ética no serviço público do poder judiciário do estado do Pará (30.12.2023); curso estrutura, organização e funcionamento das varas cíveis de 1 grau (31.12.2023); curso estrutura, organização e funcionamento das varas criminais (31.12.2023); curso boas práticas em segurança da informação (29.12.2023); palestra master class - cooperação judiciaria (24.03.2022).

Izabela Silva Depoimento especial (06.11.23) Entrega Voluntária (25.08.23) e PARTIDAS E CHEGADAS (06.12.23)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Mariana Pinto Murrieta, curso fluxo do pje criminal (03/06/2022); curso teletrabalho (06/08/2023); curso rotinas cíveis no pje (03/06/2022); Webinário tópicos atuais sobre a judicialização da saúde suplementar (03/05/2023); Curso de Formação Inicial para servidores.

José Itamar (Assessor), Curso de Aperfeiçoamento Gestão de Precedentes Judiciais e o Ganho em Organização, Racionalização e Produtividade (09/12/2019 a 13/12/2019 – 20 horas – Presencial; Curso “Sentença Cível: Técnica e Prática” (20/06/2022 a 30/06/2022 – 20 horas – *on line*).

Observação da Corregedoria: Há 02 (dois) servidores de secretaria em teletrabalho (Célio Leão e Emelin Sousa, Diretora de Secretaria), que se revezam em semanas alternadas. Entretanto, a Diretora de Secretaria comparece regularmente ao Fórum. A servidora Mariana Pinto é lotada na Comarca de Baião, porém, está à disposição por decisão da Presidência por um ano na Comarca do Acará/PA.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: SIM – 2023

Observação da Corregedoria: Durante a inspeção, verificou-se que os advogados adentram à sala da Secretaria para consultar processos, considerando que não há balcão de atendimento. Os advogados se direcionam diretamente à Diretora de Secretaria. A magistrada já solicitou a instalação de um balcão e está aguardando atendimento, através dos sigadocs TJPA-DES-2024/22871 e TJPA-MEM-2024/00411.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

***Data de coleta de dados pela Unidade:** 19/02/2024

| Dados processuais | Total no período da extração dos dados | Total na data Inspeção (29/02/2024) |
|---|---|--|
| Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total) | 4189 | 4.437 |
| Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente | 261 | 246 |
| Total do acervo com prioridade | 798 | 819 |
| Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente) | 185 | 167 |
| Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente) | 19 | 25 |
| Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) | 725 | 434 |
| Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias | 39 | 11 |
| Total de processo conclusos para o(a) magistrado há mais de 100 dias envolvendo prioridade legal | 3 | 1 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

| PROCESSOS JUDICIAIS | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Total de processos distribuídos e redistribuídos | 420 |
| Total de processos julgados | 255 |
| Total de processos baixados definitivamente do acervo | 1514 |

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

| ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): | QUANTIDADE |
|------------------------------------|------------|
| Decisões | 359 |
| Despachos | 1.046 |
| Sentenças com resolução de mérito | 166 |
| Sentenças sem resolução de mérito | 89 |
| Audiências realizadas | 114 |

[Voltar ao relatório](#) | RESUMO DE PRODUÇÃO DO GABINETE

| NOME | DESPACHOS | DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS | TOTAL DE SENTENÇAS | SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS | RECURSOS INTERNOS JULGADOS |
|---|--------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------------------|
| EMILIA NAZARE PARENTE E SILVA DE MEDEIROS | 1.489 | 473 | 367 | 59 | 8 |
| ANDRE MONTEIRO GOMES | 164 | 189 | 146 | 5 | 1 |
| GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO | 176 | 118 | 98 | 4 | 1 |
| CELSO QUIM FILHO | | 7 | | | |
| RODRIGO MENDES CRUZ | 3 | 3 | 1 | 1 | |
| ITALO DE OLIVEIRA CARDOSO BOAVENTURA | | 2 | | | |
| | | 1 | | | |
| Total | 1.832 | 793 | 612 | 69 | 10 |

| NOME | DESPACHOS | DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS | TOTAL DE SENTENÇAS | SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS | RECURSOS INTERNOS JULGADOS |
|---|--------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------------------|
| EMILIA NAZARE PARENTE E SILVA DE MEDEIROS | 1.489 | 473 | 367 | 59 | 8 |
| ANDRE MONTEIRO GOMES | 164 | 189 | 146 | 5 | 1 |
| GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO | 176 | 118 | 98 | 4 | 1 |
| CELSO QUIM FILHO | | 7 | | | |
| RODRIGO MENDES CRUZ | 3 | 3 | 1 | 1 | |
| ITALO DE OLIVEIRA CARDOSO BOAVENTURA | | 2 | | | |
| | | 1 | | | |
| Total | 1.832 | 793 | 612 | 69 | 10 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Anotação da Unidade: Sim, diariamente.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:

Observação da Corregedoria: Verificou-se que a Unidade no ano de 2023 cumpriu somente a Meta 10. No ano corrente, a Unidade está com cumprimento satisfatório da Meta 1 e com a Meta 2 em índice de 82,21% de cumprimento, com **277** processos pendentes de julgamento.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

Anotação da Unidade: controle de entradas e julgamentos e consulta diária ao IEJUD. Ainda, criação de pautas extras para processos com solução possível a curto prazo, como ação de alimentos e TCOS.

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 10 (dez) anos? (gestão judiciária)

Anotação da Unidade: 338 processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ. 151 processos aguardam julgamento há mais de 10 (dez) anos

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?

Anotação da Unidade: META 4 - 338

META 8 – VDM 11 META 8 FEM: NÃO SE APLICA

META 10 - 9

META 11 – 37

Observação da Corregedoria: A Magistrada foi orientada a priorizar o julgamento dos processos que compõem Meta 2.

5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?

Anotação da Unidade: Percentual TCL em 01.01.2024: 74,95%

Percentual TCL data da inspeção: 70,63%

APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA NACIONAL



5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: Deve ser recomendado à Unidade que providencie a utilização de etiquetas nos processos relacionados a TEMA que aguarde julgamento pelo Tribunal (seja repetitivo, IRDR, repercussão geral).

5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

Anotação da Unidade: Prejudicado. Não há processos nessa condição.

5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

Anotação da Unidade: Prejudicado

5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?

Anotação da Unidade: Prejudicado

5.9. Nos processos suspensos em razão de estarem aguardando julgamento de precedente são lançadas etiquetas com identificação do tema e órgão responsável?

Anotação da Unidade: Prejudicado

5.10. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Prejudicado

Observação da Corregedoria: A Unidade informou não possui processos nessa condição atualmente. Restou também observado que, por este motivo, inexistem revisões de processos suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal.

5.11. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Anotação da Unidade: NUGEPNAC – TJE/PA

Observação da Corregedoria: Não há regularidade nas consultas. Sugere-se que seja realizada consulta toda semana pelo NUGEPNAC e pelos sites dos Tribunais Superiores.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?

Anotação da Unidade: Prejudicado. Não há estabelecimentos nessa condição.

Observação da Corregedoria: A execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade são acompanhadas pelas varas da infância e juventude da Capital, conforme Resolução 019/2014-GP, art. 1º, I E II.

5.13. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?

Anotação da Unidade: Duas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: De acordo com o Provimento CNJ Nº 165 de 16/04/2024 (Código de Normas Nacional da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Judicial – CNN/CN/CNJ-Jud) são obrigatórias as Audiências Concentradas, inclusive nas grandes comarcas com excessivo número de acolhidos(as) - vide art. 68) e deverão ocorrer, sempre que possível, nas dependências das entidades e serviços de acolhimento, com a presença dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (vide §2º, do art. 69). Nesse sentido, a RECOMENDAÇÃO da Corregedoria é para que a magistrada, sem prejuízo da reavaliação trimestral prevista no art. 19, § 1º, do ECA, realize PRESENCIALMENTE, NAS DEPENDÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO, ao menos uma vez em cada semestre, os eventos denominados Audiências Concentradas, devendo atentar aos ditames da PORTARIA Nº 1106/2024-GP, DE 05 DE MARÇO DE 2024 (TJPA).

5.14. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (*Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024*)

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: Sugere-se como orientação à magistrada que, em conjunto com a equipe interdisciplinar da comarca, promova a articulação com a rede de proteção da infância e juventude da comarca de Acará, para a criação de Programa com ações voltadas à desinstitucionalização do jovem prestes a alcançar a maioridade civil.

REGISTROS PÚBLICOS

5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)*

Anotação da Unidade: Prejudicado. Mas o plantão é de sobreaviso, através da disponibilização de números de telefone disponíveis no Cartório, para os casos de urgência.

Observação da Corregedoria: Deve ser recomendado à Unidade que mantenha fiscalização sobre o funcionamento dos cartórios durante o plantão aos finais de semana e feriados.

5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)*

Anotação da Unidade: Cartório Taveira - Sede, não, porque o único hospital em que ocorrem nascimentos é muito próximo ao Cartório, o que envolve as serventias a ele anexadas de Guajará-Miri e Araxiteua. O Cartório de Jurupariteua, não.

5.17. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto "Registro de nascimento após o prazo legal" (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)*

Anotação da Unidade: Sim. Um processo.

5.18. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? *(Diretriz estratégica 4 da*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Corregedoria Nacional 2023)

Anotação da Unidade: Não. Sim, e esse é o motivo de não haver concentração de sub registros, porque, através de parceria com o Conselho Tutelar, é realizado o levantamento e a realização dos registros. Também, porque são realizadas frequentemente, ações em Comunidades do interior feitas pelo Cartório Taveira, por meio de solicitação da autoridade interessada.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

5.19. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?

Anotação da Unidade: Prejudicado.

Observação da Corregedoria: O procedimento deve ser observado pela Unidade.

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL

5.20. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1182 pelo Supremo Tribunal Federal?

Anotação da Unidade: Prejudicado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: A Unidade deve providenciar os requisitos.

**AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024
CORREGEDORIA NACIONAL**

5.21. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?

Anotação da Unidade: Sim e estão sendo analisadas pelo GRUPO DE CUMPRIMENTO DA META 10.

**COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ
ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL**

5.22. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: PREJUDICADO em relação à Comarca.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. A Unidade vem observado o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

Anotação da Unidade: Prejudicado. Não há controle dos processos que estavam suspensos e foram ativados. Contudo, o procedimento é realizado,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

em que pese não haja controle, de acordo com a Nota Técnica.

6.2. Há bens apreendidos vinculados a feitos em tramitação na Unidade que foram devidamente cadastrados e se encontram pendentes de destinação no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos)? Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, os cadastros já vêm sendo realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Anotação da Unidade: O SNGB está sendo implementado na comarca e os processos estão sendo cadastrados no sistema. Os processos com bens cadastrados são: 08008164520238140076; 08008346620238140076; 08017933720238140076; 08002604320238140076.

Observação da Corregedoria: No SNBA foram encontrados 47 bens com situação "a definir". Deve ser providenciada a destinação destes bens e atualização de sua situação no SNGB, devendo tal providência constar do plano de ação da Unidade.

Apenas dois servidores da Unidade, fizeram o curso do SNGB (A Diretora de Secretaria e o servidor Célio). Todos os servidores devem realizar o curso sobre o sistema SNGB em atenção aos ofícios circulares da CGJ n.ºs 16/2023, n.º 143/2023, n.º 25/2024.

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Comarca: VARA UNICA DE ACARA

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

[Pesquisar](#) [Imprimir](#) [Imprimir Detalhado](#)

| Bem Apreendido | Tipo | Quantidade | Valor(R\$) | Núm. Processo |
|--------------------|------------|------------|------------|----------------------|
| Armas e acessórios | Pistola | 1 | - | 00013332520198140076 |
| Armas e acessórios | Revólver | 1 | - | 00013332520198140076 |
| Armas e acessórios | Revólver | 1 | - | 00013332520198140076 |
| Armas e acessórios | Pistola | 1 | - | 00013332520198140076 |
| Armas e acessórios | Pistola | 1 | - | 00013332520198140076 |
| Armas e acessórios | Espingarda | 1 | - | 19982000041 |
| Armas e acessórios | Artesanal | 1 | - | 19982000041 |
| Armas e acessórios | Espingarda | 1 | - | 199920000131 |
| Armas e acessórios | Espingarda | 1 | - | 200410002692 |
| Armas e acessórios | Espingarda | 1 | - | 200420000850 |
| Armas e acessórios | Revólver | 1 | - | 200520000198 |
| Armas e acessórios | Artesanal | 2 | - | 200520000198 |
| Armas e acessórios | Artesanal | 1 | - | 200520000677 |
| Armas e acessórios | Artesanal | 1 | - | 200620000551 |
| Armas e acessórios | Espingarda | 1 | - | 200620000600 |

Número de registros: 47

Página 1 de 4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)

Anotação da Unidade: *Sim.*

Observação da Corregedoria: Em consulta ao saneamento do DATAJUD disponível no painel de gestão judiciária, foram encontrados **179** processos pendentes de saneamento, tanto no assunto quanto na classe, polos ativo e passivo e que devem ser regularizadas.

Art. 8 III - Saneamento das Unidades Judiciais

BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO

| | | | | |
|--------------------------------|--|-------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| Percentual de Assuntos válidos | Percentual de Assuntos em Nível Adequado | Percentual de Classes Válidas | Percentual com Polo Ativo Válido | Percentual com Polo Passivo Válido |
| 100,00 | 46,15 | 92,31 | 72,82 | 43,08 |

Unidade: VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA

Sistema: LIBRA, PJE 1G, SEEU

Acervo: N, S

Quantidade de Processos com algo a ser saneado: 179

| UNIDADE | PROCESSO | DOC LIBRA | ASSUNTO INVALIDO | ASSUNTO NIVEL 1 OU 2 | CLASSE NÃO FILHA | PROBLEMAS NO POLO ATIVO | PROBLEMAS NO POLO PASSIVO |
|--------------------------------|-----------------------|----------------|------------------|----------------------|------------------|-------------------------|---------------------------|
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00009016920208140076 | 20200091813371 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00009234520208140076 | 2020009422936 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00009712320198140076 | 20190061660679 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00012805620118140076 | 2011026658181 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00017434920208140076 | 20200199280059 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00017833120208140076 | 20200205872373 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00018032220208140076 | 20200207305399 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00019833820208140076 | 20200221095456 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00020431120208140076 | 20200223839877 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00043620320138140076 | 20130306516715 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00073492920188140076 | 20180426981643 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00077710420188140076 | 20180444294979 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00080119020188140076 | 20180458355614 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 00259217320078140301 | 20070084829523 | N | S | N | S | S |
| VARA UNICA DA COMARCA DE ACARA | 080002628307318140076 | | N | S | IS | N | N |

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: A atualização de dados é feita no momento da confecção do mandado e/ou quando a parte vem presencialmente na comarca e pede atualização de dados.

Observação da Corregedoria: A rotina de trabalho com atualização de dados a cada mandado gera retrabalho e não permite a automação para expedição de mandados. Assim, deve ser priorizada a atualização de dados com a imediatividade, conforme peticionamento, via agrupadores, ou por ocasião da lavratura do termo de audiência. Desta forma, usando modelo-padrão de mandados, com variáveis, será possível expedir ato de comunicação automatizado.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Anotação da Unidade: Não há.

Observação da Corregedoria: De acordo com a nota técnica expedida pela assessoria técnica da CGJ, a situação dos agrupadores é a seguinte: Utilizando-se o filtro "sempre" há 5.437 petições avulsas não lidas. Processos com habilitações nos autos não lidas: 1358. Documentos não lidos: 10686. Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça: 4481. Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado: 3535. A Unidade deve providenciar a atualização dos agrupadores.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Anotação da Unidade: Sim, sempre.

Observação da Corregedoria: Não há nenhum mandado de prisão civil cumprido ou pendente de cumprimento no BNMP.

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Anotação da Unidade: 54 processos com etiqueta de "perdido".

Observação da Corregedoria: Quanto à etiqueta mencionada, a Unidade esclareceu que foi criada para identificar os processos que foram digitalizados apenas com documentos gerados pelo sistema Libra e que precisam ser restaurados. A Unidade deve priorizar a restauração dos autos a fim de inseri-los no fluxo regular de tramitação dos processos.

6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Anotação da Unidade: Sim, 19.

Observação da Corregedoria: No momento da inspeção, a Unidade contava com **178** processos paralisados há mais de cem dias, dos quais 167 se encontravam secretaria e 11 processos em gabinete.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ACARÁ VARA ÚNICA DE ACARÁ

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

4,25% Paralisados +100 dias

178 Acervo Paralisado

4.191 Acervo Ativo

| Nº DO PROCESSO | ANO DO PROCESSO | TEMPO DE PARALISAÇÃO | SITUAÇÃO | SISTEMA | IDCLASSE |
|-----------------------|-----------------|----------------------|--------------|---------|------------------|
| 00000337720098140076 | 2009 | 155 | JULGADO | PIEIG | 7 Procedimen |
| 00000392120088140076 | 2008 | 132 | JULGADO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00001988420118140076 | 2011 | 150 | JULGADO | LIBRA | 283 Ação Penal |
| 00002033820108140076 | 2010 | 464 | EM ANDAMENTO | LIBRA | 1116 EXECUÇÃO |
| 00002654020198140076 | 2019 | 101 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 278 Termo Circu |
| 00003087920168140076 | 2016 | 114 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 123 Averiguaçã |
| 00003820220178140076 | 2017 | 106 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 40 MONITÓRIA |
| 00007463320078140076 | 2007 | 141 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 7 Procedimen |
| 00008191920128140076 | 2012 | 263 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00008668920198140076 | 2019 | 101 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00011461720198140076 | 2019 | 222 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00011659620148140076 | 2014 | 135 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 7 Procedimen |
| 00012418120188140076 | 2018 | 297 | JULGADO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00012696720198140076 | 2019 | 325 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 66 AÇÃO POPL |
| 00015911120148140076 | 2014 | 605 | JULGADO | LIBRA | 7 Procedimen |
| 00016552120148140076 | 2014 | 163 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 7 Procedimen |
| 00016854620208140076 | 2020 | 106 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00017219320178140076 | 2017 | 222 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00018096320198140076 | 2019 | 106 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 280 Auto de Pris |
| 000333083200188140076 | 2014 | 133 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 133 |

Em Gabinete (S: sim; N: não) Todos

Gratuidade (S: sim; N: não) Todos

Stigilo (S: sim; N: não) Todos

Juizo 100% Digital (S: sim; N: não) Todos

Prioridade (S: sim; N: não) Todos

Número do processo Todos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ACARÁ VARA ÚNICA DE ACARÁ

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

| Nº DO PROCESSO | ANO DO PROCESSO | TEMPO DE PARALISAÇÃO | SITUAÇÃO | SISTEMA | IDCLASSE |
|-----------------------|-----------------|----------------------|--------------|---------|------------------|
| 00000392120088140076 | 2008 | 132 | JULGADO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 000002654020198140076 | 2019 | 101 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 278 Termo Circu |
| 00003087920168140076 | 2016 | 114 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 123 Averiguaçã |
| 00003820220178140076 | 2017 | 106 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 40 MONITÓRIA |
| 00007462320078140076 | 2007 | 141 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 7 Procedimen |
| 00008191920128140076 | 2012 | 263 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00009868920198140076 | 2019 | 101 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00011461720198140076 | 2019 | 222 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00011659620148140076 | 2014 | 135 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 7 Procedimen |
| 00012418120188140076 | 2018 | 297 | JULGADO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00013696720198140076 | 2019 | 325 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 66 AÇÃO POPL |
| 0001591120148140076 | 2014 | 605 | JULGADO | LIBRA | 7 Procedimen |
| 00016552120148140076 | 2014 | 163 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 7 Procedimen |
| 00016854620208140076 | 2020 | 108 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00017219230178140076 | 2017 | 222 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00018096320198140076 | 2019 | 106 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 280 Auto de Pris |
| 00022208220148140076 | 2014 | 113 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 123 Averiguaçã |
| 00022882720178140076 | 2017 | 183 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 283 Ação Penal |
| 00026514220198140076 | 2019 | 192 | EM ANDAMENTO | PIEIG | 1420 Guarda |

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

4,45% Paralisados +100 dias

167 Acervo Paralisado

3.757 Acervo Ativo

6.9. Print de tela contendo toda a barra de tarefas da secretaria da unidade na data da inspeção:

| Tarefas | |
|--|-----|
| Filtros | |
| Apensar processo(s) | 1 |
| Apreciar segredo de justiça | 3 |
| Arquivo provisório | 13 |
| Avaliar ato proferido de decisão | 302 |
| Avaliar ato proferido de despacho | 722 |
| Avaliar ato proferido | 2 |
| Avaliar decisão em audiência | 15 |
| Avaliar decisão sobre admissibilidade | 2 |
| Avaliar decisão sobre justiça gratuita | 295 |
| Avaliar decisão sobre pagamentos de custas | 1 |

| Tarefas | |
|---|-----|
| Filtros | |
| Informar pagamento de custas intermediárias | 7 |
| Aavaliar ato proferido de julgamento | 166 |
| Aguardando apreciação em regime de plantão | 4 |
| Aguardando apreciação pela instância superior | 287 |
| Aguardando o pagamento de custas iniciais | 7 |
| Aguardando publicação no DJEN | 2 |
| Aguardando retorno dos correios | 6 |
| Aguardar realização de audiência | 75 |
| Analisar manifestação parcial | 172 |
| Analisar suspensão ou sobrestamento | 10 |

| Tarefas | |
|--|----|
| Filtros | |
| Avaliar expedição de documento | 27 |
| Avaliar homologação de acordo | 13 |
| Comunicação realizada pelos correios | 4 |
| Confirmar guia | 1 |
| Confirmar minuta de documento | 1 |
| Controle de RPV | 39 |
| Cumprir determinação sobre desarquivamento | 18 |
| Cumprir liminar deferida | 1 |
| Custas não pagas | 5 |
| Designação de audiência | 13 |

| Tarefas | |
|--|-----|
| Filtros | |
| Verificar se houve trânsito em julgado | 6 |
| [CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior | 31 |
| [CRIM] Aguardando inquérito | 8 |
| [CRIM] Aguardando prazo | 136 |
| [CRIM] Aguardar realização de audiência | 206 |
| [CRIM] Arquivar processo | 1 |
| [CRIM] Arquivo provisório | 4 |
| [CRIM] Avaliar expedição de documento | 9 |
| [CRIM] Confirmar ato de audiência | 1 |
| [CRIM] Confirmar ato de decisão | 1 |
| [CRIM] Cumprir ato proferido de decisão inicial | 6 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

| ☑ Tarefas | |
|---|----|
| Filtros | ▼ |
| Encaminhado para a Coordenadoria de Precatórios | 3 |
| Enviar a uma central de mandados | 7 |
| Erro na publicação no DJEN | 16 |
| Migração do sistema LIBRA | 2 |
| Minutar alvará | 1 |
| Minutar apreciação de justiça gratuita | 20 |
| Minutar ato de audiência | 2 |
| Minutar ato de decisão | 72 |
| Minutar ato de despacho | 86 |
| Minutar ato de julgamento | 52 |
| Minutar documento | 2 |

| ☑ Tarefas | |
|--|-----|
| Filtros | ▼ |
| [CRIM] Minutar ato de despacho | 91 |
| [CRIM] Minutar ato de julgamento | 51 |
| [CRIM] Minutar documento | 6 |
| [CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal | 93 |
| [CRIM] Preparar comunicação | 1 |
| [CRIM] Processo suspenso | 46 |
| [CRIM] Recebimento de instância superior | 8 |
| [CRIM] Verificar manifestação inquérito | 4 |
| [CRIM] Verificar manifestação | 304 |
| [CRIM] Verificar providência a adotar | 185 |

| ☑ Tarefas | |
|---|-----|
| Filtros | ▼ |
| [CRIM] Cumprir ato proferido de decisão inicial | 6 |
| [CRIM] Cumprir ato proferido de decisão | 136 |
| [CRIM] Cumprir ato proferido de despacho | 561 |
| [CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento | 41 |
| [CRIM] Cumprir decisão em audiência | 18 |
| [CRIM] Cumprir determinação sobre desarquivamento | 2 |
| [CRIM] Designação de audiência | 6 |
| [CRIM] Destinação de bem apreendido | 2 |
| [CRIM] Finalizar audiência | 15 |
| [CRIM] Minutar ato de audiência | 2 |
| [CRIM] Minutar ato de decisão inicial | 1 |

| ☑ Tarefas | |
|---|-----|
| Filtros | ▼ |
| Minutar documento | 3 |
| Preparar ato de comunicação simplificado | 78 |
| Preparar comunicação | 2 |
| Preparar guia | 12 |
| Processo com prazo em curso | 183 |
| Processo suspenso | 8 |
| Processos remetidos por declinação de competência | 2 |
| Recebimento de instância superior | 41 |
| Verificar providência a adotar | 398 |
| Verificar se houve trânsito em julgado | 6 |

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Anotação da Unidade: Sim, há vários modelos para cada situação específica de mandado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: Deve a Unidade atender a todos os requisitos do artigo 250 do CPC, bem como a importância de utilização das variáveis para a expedição de mandados, de modo a automatizar e otimizar o trabalho da Secretaria, devendo constar nos modelos de mandados expedidos as variáveis disponíveis no PJE, além da utilização da variável de **endereço das partes, testemunhas, horário e data de audiência** (a partir dos dados previamente preenchidos na pauta de audiências do sistema Pje). A variável relacionada aos documentos, que a parte pode ter acesso a partir de chave de acesso, deve ser utilizada para conferir acesso à parte dos documentos que necessitem ter conhecimento, conforme a demanda. Ressalta-se que a variável com relação ao acesso aos autos não é adequada para utilização em mandados cuja finalidade é intimação de testemunhas.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
VARA ÚNICA DE ACARÁ

Av. Gov. Fernando Guilhon, 149 - Acará, PA, 68690-000

Email: 1acara@tjpa.jus.br [mailto:1acara@tjpa.jus.br] Telefone: (91) 98938-3975

CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)

AUTOS N.: ~~XXXXXXXXXXXX-XXXX-XXXX~~

AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

INDICIADO: ~~XXXXXXXXXXXX~~

A Exma. Dra. EMILIA NAZARE PARENTE E SILVA DE MEDEIROS, Juíza de Direito, titular da Vara Única da Comarca de Acará, no uso de suas atribuições legais, etc.

MANDA, a qualquer um dos Oficiais de Justiça deste Juízo, dirija-se nesta Cidade e Comarca, aonde encontrar possa, e aí sendo, CITE PESSOALMENTE o denunciado:

1) INDICIADO: ~~XXXXXXXXXXXX~~
~~XXXXXXXXXXXX~~ - ACARÁ, ACARÁ - PA - CEP: 68690-000

CITE-SE PESSOALMENTE O DENUNCIADO para, nos termos dos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal, **apresentar resposta escrita à acusação (defesa preliminar)**, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o denunciado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões da defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas que pretendem produzir e arrolar testemunhas, na forma do artigo 396-A do Código de Processo Penal. CUMPRA-SE.

ATENÇÃO: Caso o acusado queira ser patrocinado pela Defensoria Pública, deverá informar ao Sr. Oficial de Justiça no momento de realização da citação, ou deverá indicar o nome de seu advogado particular e respectivo número da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA), para que possa se habilitar na ação penal supra e patrocinar sua defesa. Dado e passado, aos 1 de março de 2024. Eu, _____, o digitei e subscrevi.

PARA USO DO OFICIAL DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL PELA DILIGÊNCIA:

O acusado informou que será patrocinado por:

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Anotação da Unidade: Não, prejudicado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: A Diretora de Secretaria informou que não há central de mandados na Unidade. Os mandados são encaminhados aos Oficiais de Justiça, que fazem a distribuição dos mandados entre si. A Diretora orienta que os Oficiais de Justiça façam a distribuição dos mandados pelos menos uma vez por semana, mas existem mandados que demoram a ser distribuídos. Não há controle sobre os prazos de distribuição e cumprimento dos mandados, sendo que apenas aqueles urgentes são cobrados pela Diretora de Secretaria. Recomenda-se que a Unidade consulte o PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DE MANDADOS DO TJPA (disponível no link <https://powerbi-dpge.tjpa.jus.br/reports/powerbi/DPGE/Estat%C3%ADstica/gestmandados?rs:embed=true>)

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Anotação da Unidade: 40 dias.

Observação da Corregedoria: A Unidade observa o provimento conjunto n.º 009/2019-CJRMB/CJCI

7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

Anotação da Unidade: Atualmente não há controle realizado pela Secretaria e não há como acessar esses dados. Mas, no ano de 2024, foi criada uma tabela no excel para que seja realizado. A planilha ficará disponível no teams para acesso a todos os servidores.

Observação da Corregedoria: Na análise do sistema PJE verificou-se que não há padrão na etiquetagem de processos com cartas precatórias expedidas. Deve ser providenciada a padronização do procedimento de



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

controle de processos com cartas precatórias expedidas.



7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

Anotação da Unidade: 39 Cartas Precatórias. Sim, os motivos são variáveis. Ex: 0006590-65.2018 – Juízo de origem não respondeu à solicitação de informação. 0001754-49.2018 -acompanhamento de medida. 0001830-39.2019 – Aguardando pagamento de custas.

Observação da Corregedoria: De acordo com os dados do PGJ, a Unidade conta com **31** cartas precatórias cíveis em andamento e **07** cartas precatórias criminais. A carta precatória cível com autuação mais antiga é a de n. 0006590-65.2018.814.0076 na qual foi proferido despacho em 21/02/2024 determinando a devolução da carta precatória. Nas demais cartas precatórias cíveis, verificou-se que a magistrada titular proferiu despachos recentemente dando o devido impulso. A carta precatória criminal com autuação mais antiga é a de n. 0001754-49.2018.814.0076 na qual há petição do Ministério Público protocolada em 02/10/2023 e os autos se encontram conclusos desde 12/01/2024.



8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

Anotação da Unidade: 33

Observação da Corregedoria: A pauta de audiência está para 08/11/2024 (Processo n. 0800798-58.2022.8.14.0076). Como a Magistrada assumiu a Unidade em 14/12/2023, ainda a está adaptando. O controle das audiências é feito no teams e há processos extra-pauta de conciliação de alimentos e TCO. Não tem juizado adjunto, mas aplica o rito do juizado.

8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

Anotação da Unidade: Sim. Preliminares, Justificação, Conciliação, Instrução e Julgamento, Unas.

Observação da Corregedoria: Sugere-se como recomendação que as audiências sejam cadastradas por servidor com perfil de secretaria. Sugere-se que as audiências referentes a infância e juventude sejam audiências concentradas e que sejam cadastradas de forma correta no PJe para que possa ter a gestão e o quantitativo certo de audiências dessa natureza realizadas no mês.

8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

Anotação da Unidade: 20/06/2024

Observação da Corregedoria: A Magistrada está adequando a pauta de audiências. Foi localizado o processo n. 0800798-58.2022.8.14.0076, com previsão de audiência para a data de 08/11/2024.

Observação da Corregedoria: Nas demandas não urgentes deve haver um intervalo máximo entre a data da designação e a de realização de 06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

(seis) meses, e nas demandas urgentes este prazo deve se limitar ao máximo de 90 (noventa) dias, principalmente verificando se tratar da existência de muitos feitos criminais em trâmite na unidade judicial.

8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Anotação da Unidade: 38 processos segundo a Gestão Judiciária, mas, ressalve-se que não constam pendências no PJE em Gabinete, à exceção de 1 para sentença. OU seja, há inconsistência no sistema.

Observação da Corregedoria: Sugere-se como recomendação que a Unidade reporte o problema ao DPGE para saneamento da inconsistência, com posterior comunicação à Corregedoria.

8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Anotação da Unidade: prejudicado

Observação da Corregedoria: A Unidade encaminhou à Corregedoria, plano de ação junto com autocorreção realizada em janeiro de 2024 na Unidade. Pjecor n.º CorOrd 0000597-39.2024.2.00.0814.

8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entre as partes é designada audiência de conciliação?

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: A Unidade possui pauta extra em dias da semana somente para as conciliações. Não há conciliador na Unidade. Não há CEJUSC. Sugere-se como orientação que o magistrado designe servidor para conduzir as audiências de conciliação, ficando a cargo do magistrado as audiências de instrução e julgamento.



8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: Ainda não foi solicitado conciliador, pois não há CEJUSC na Comarca.

8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: Foi informado que a designação de audiência é feita pelo gabinete. O magistrado que atuava anteriormente na Comarca encaminhava os autos para que a Secretaria marcasse a data das audiências. A pauta de audiência, e nela contidas as datas e horários de realização, são atos privativos do juiz, pelo que, **em hipótese alguma as decisões judiciais de designação de audiência podem sair em branco do gabinete do juiz para serem preenchidas pela secretaria**, até mesmo porque as unidades do TJPA estão trabalhando com processos eletrônicos, e, uma vez prolatado despacho pelo magistrado quanto a designação sem aposição de data e horário, onera o serviço da secretaria no sentido de ter que expedir ato ordinatório e certidão com tal finalidade.

8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de 05 processos por amostragem).

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: A magistrada que assumiu a titularidade da Unidade em dezembro de 2023, está adequando a pauta para que as audiências sejam marcadas com prazo inferior a seis meses.

8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: 271

8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?

Anotação da Unidade: 2 adolescentes acolhidas, nenhuma com mais de 18 meses.

Observação da Corregedoria:

1) ACARÁ (as crianças são encaminhadas para o acolhimento Lar Aba Pai através do Projeto Visão Águia)

Nome: Associação Projeto Visão Águia/Casa Lar Aba Pai

Endereço: Alameda Marcos Sagao Hasehaga, nº 20, bairro Médice, Benevides

Crianças:

[I.S.C.S](#) VARA UNICA DE ACARA

[M.S.A.](#) VARA UNICA DE ACARA

8.12. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.

Anotação da Unidade: NÃO

Observação da Corregedoria: Há no SNA duas crianças com prazo extrapolado para encerramento dos autos.

8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

Anotação da Unidade: 1 (0801555-52.2022.8.14.0076) - destituição e adoção n. 0801540-83.2022

Observação da Corregedoria: Deve ser providenciado o impulso destes feitos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.

Anotação da Unidade: 2 (0801540-83.2022.8.14.0076 e 0800874-19.2021.8.14.0076).

Observação da Corregedoria: Foram identificados os processos n. 0801555-52.2022.8.14.0076 e n. 0800050-89.2023.8.14.0076. Deve ser providenciado o impulso dos referidos feitos.

8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?

Anotação da Unidade: Não há. Prejudicado

8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

Anotação da Unidade: Nenhuma Internação Provisória. Prejudicado. Controle por Planilha.

8.17. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: É baixada a lista do Iejud e está sendo tentado implementar o PP+90.

8.18. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Anotação da Unidade: 22 a 26 de abril de 2024 (Pauta Extra)

8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.

Anotação da Unidade: Processos iniciais e Audiências redesignadas.

Observação da Corregedoria: RECOMENDA-SE que para a próxima Semana de Conciliação a Juíza da Unidade e equipe enumerem critérios específicos e com potencial de sucesso para fins de triagem e marcação das audiências de conciliação nas semanas estadual e nacional, até para desenvolvimento da expertise por parte dos conciliadores ou aproveitamento do que eles já possuem para fins de eficiência da unidade em termos de conciliação.

CRIMINAL:

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. Movimentação processual;
- d. Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. controle dos prazos e imediata certificação;
- h. Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

i. () Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "Informações Criminais"

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Anotação da Unidade: Sim, os inquéritos policiais recebem automaticamente a etiqueta de "inquéritos policiais" são distribuídos e na aba "agrupadores" é verificado diariamente a entrada de feitos na unidade, dando andamento prioritário aos procedimentos de PIC, IPL e/ou qualquer investigação.

Observação da Corregedoria: a Magistrada informou, durante a inspeção, que não tem fluxo de trabalho a respeito dessa diretriz estratégica que se refere ao momento em que o Ministério Público instaura o PIC, e não a remessa. Registre-se que há Unidades que estão encaminhando ofício ao Ministério Público para que comuniquem ao Magistrado no momento da instauração para estabelecer fluxo.

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta "Balcão Virtual"? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Anotação da Unidade: O atendimento ao público é realizado inicialmente pela servidora Gleycilene Damasceno, que faz a triagem do público



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

presencial, por celular e balcão virtual. Após, dependendo do que seja a informação, é encaminhada ao servidor que dará cumprimento.

Observação da Corregedoria: O balcão virtual é atendido pela servidora Gleicy.

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)

Anotação da Unidade: 26 presos provisórios. Os processos de pessoas presas são etiquetados com "réu preso", colocado a característica de réu preso no PJE, bem como são incluídas na lista de réus presos que fica arquivada no *Teams* para atualização sempre que necessária.

Observação da Corregedoria: Em consulta ao BNMP, verificou-se o registro de 23 presos provisórios. Sugere-se como recomendação o saneamento do BNMP para que possa refletir a realidade de presos da Unidade.

The screenshot shows a web interface for searching legal records. The search criteria are set to 'VARA ÚNICA DE ACARA'. The results are categorized into three groups: Internados, Presos, and Outros Status.

| Internados | 23 Presos | Outros Status: |
|---------------------------------|--|------------------|
| 0 Internado Provisório | 16 Preso Provisório | 44 Procurado |
| 1 Internado Execução Provisória | 0 Preso Civil | 0 Foragido |
| 0 Internado Execução Definitiva | 3 Preso Condenado em Execução Provisória | 7 Morto |
| | 4 Preso Condenado em Execução Definitiva | 192 Em liberdade |

9.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

há mais de 180 (cento e oitenta) dias? *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade: 0800727-27.2020.8.14.0076 – redesignação de júri; **0800261-96.2021.8.14.0076 – audiência em 20/02/2024;** 0801535-61.2022.8.14.0076 – audiência em 20/03/2024, sim, é analisada a revisão.

Observação da Corregedoria: A Unidade possui processos envolvendo réus presos provisórios que tramitam há mais de 180 dias, devendo ser impulsionados com prioridade.

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)*

Anotação da Unidade: Em média 12 meses, mas, há um esforço para que se dê o término da instrução em tempo o mais curto possível.

Observação da Corregedoria: O Juízo deve providenciar o cumprimento da recomendação conjunta n.º 01/2018-CJRMB/CJCI, de 10 de maio de 2018, para que o trâmite processual dos feitos que envolvam réus presos provisórios tenha uma duração de, no máximo, 180 dias, com revisão da necessidade da prisão a cada 90 dias.

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)

Anotação da Unidade: O estabelecimento penal é a Delegacia de Polícia.

Observação da Corregedoria: A Magistrada informou que faz a inspeção mensal da delegacia de polícia. No que se refere às Inspeções em estabelecimentos penais, deve ser providenciado o cadastro do respectivo relatório no CNIEP mensalmente.

10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: Sim. Todos os processos da unidade foram depurados no ano de 2023, não havendo inconsistências de RJI duplicados e/ou pessoas falecidas. Atualmente, todos os registros de pessoas presas em flagrantes, independente da soltura ou conversão em flagrante, são devidamente cadastrados no BNMP.

Observação da Corregedoria: Foi verificado que a Unidade tem um único perfil no BNMP, Vara Única de Acará, e segundo informação da Diretora de Secretaria reflete a realidade da Unidade. Os servidores informaram que foi realizado saneamento nas informações relacionadas aos réus com status



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

“procurado”.

Dados Gerais - Pessoa por Status

Filtrar

Data Inicial: _____ Data Final: _____

Orgão: VARA ÚNICA DE ACARA

Buscar Órgãos Vinculados

SEXO: _____

Tipo de Peça: _____ Status: _____

X Limpar

Pesquisar

| | | |
|---------------------------------|--|-----------------------|
| 1 Internados | 23 Presos | Outros Status: |
| 0 Internado Provisório | 16 Preso Provisório | 44 Procurado |
| 1 Internado Execução Provisória | 0 Preso Civil | 0 Foragido |
| 0 Internado Execução Definitiva | 3 Preso Condenado em Execução Provisória | 7 Morto |
| | 4 Preso Condenado em Execução Definitiva | 192 Em liberdade |

Resultado da pesquisa

10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Sim.

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Anotação da Unidade: Sim, impreterivelmente.

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Sim, quando do cadastramento do mandado no BNMP é verificado quais mandados estão em aberto e comunicado a vara que o expediu.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Anotação da Unidade: Prejudicado. Até a presente data o prazo para cumprimento do alvará de soltura está sendo cumprido tanto pela autoridade policial quanto pela SEAP.

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

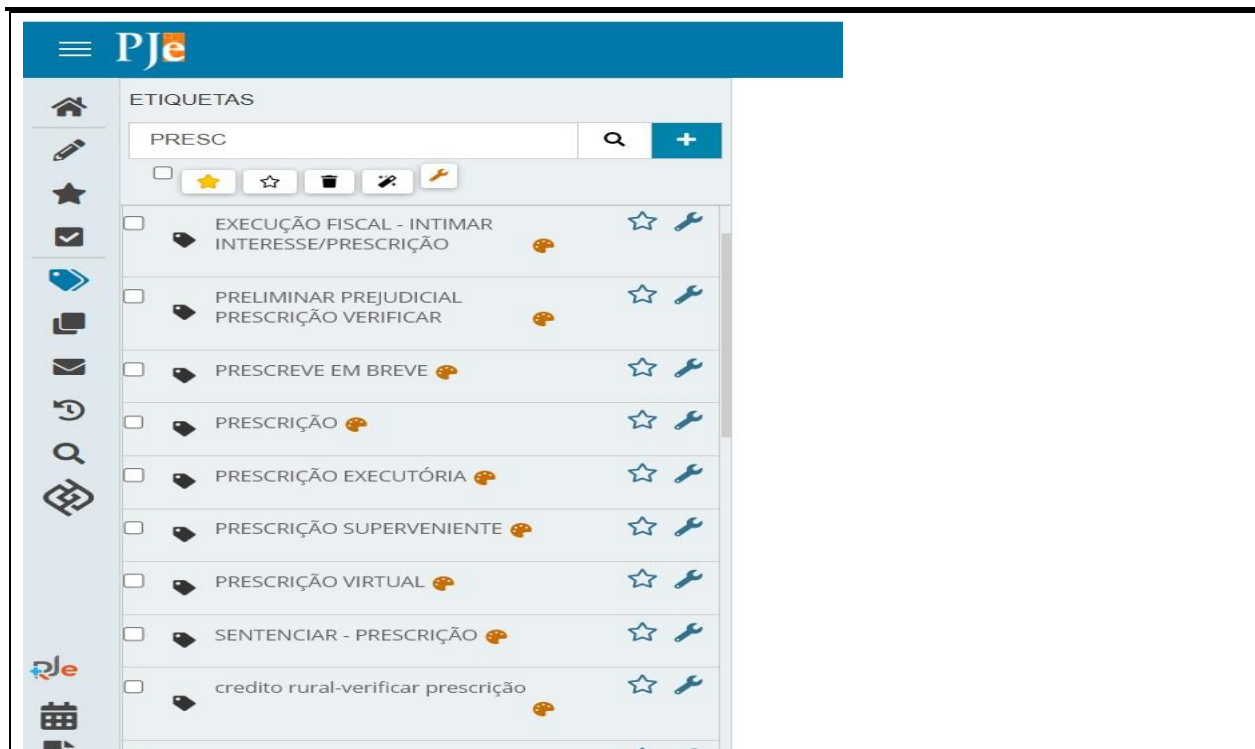
11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Anotação da Unidade: Por se tratar de questão prejudicial, os prazos prescricionais são verificados desde logo, sem a necessidade de adotar o sistema informativo, é feito manualmente e de forma constante. O último feito extinto em razão da ocorrência da prescrição foi o processo nº 0003933-29.2013.8.14.0076, em 21/02/2024.

Observação da Corregedoria: Há controle de prescrição através de etiqueta com a denominação "prescrição". Recomenda-se que a Unidade providencie a padronização de etiquetas de prescrição por ano/mês.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (*Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal*)

Anotação da Unidade: A última verificação foi realizada pela gestão anterior, mas são feitas a cada 90 dias.

Observação da Corregedoria: Foi reportado à Magistrada a necessidade de cumprir o provimento n.º 15/2009-CJRMB. A Unidade conta com **246** processos nesta situação. O processo suspenso com autuação mais antiga é o de n. 0000009-56.1997.814.0076 (Homicídio Qualificado). O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos em decisão proferida em 25/05/2000 e o processo foi digitalizado com a seguinte certidão:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
ACARÁ
SECRETARIA DA VARA UNICA DE ACARA
CERTIDÃO - DOC: 20220073350681



CERTIDÃO

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei que, que os autos Não foram localizados nesta unidade judiciaria, ressalto que ele será migrado para o sistema PJE, a fim de que neste sistema sejam realizadas todas as etapas na legislação processual civil.
O referido é verdade e dou fé.

Acará/PA, 05 de junho de 2022
GLEYCI AIRES DA COSTA
Servidora da Vara da Comarca de Acará

O processo n. 00000240419988140076 (Homicídio Simples), segundo processo com autuação mais antiga, teve decisão proferida em 22/02/2001. O último andamento no feito foi registrado no dia 10/01/2024, decisão mantendo a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional.

12. EXECUÇÃO PENAL:

A Unidade executa o regime aberto utilizando o SEEU.

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado-SEEU:

INSERIR DADO DOS PRINTS

Data do preenchimento dos dados: 29/02/2023

| PERFIL NO SEEU | Regime aberto e medidas alternativas |
|---|---|
| Total de Execuções Ativas: | 38 |
| Intimações pendentes na Secretaria - COM URGÊNCIA | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|---|-----------|
| Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA | 03 |
| Análise de juntadas - Retorno de conclusão com URGÊNCIA | 07 |
| Análise de juntada - processos aguardando recebimento no Distribuidor | 00 |
| Total de processos conclusos | 03 |
| Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias. | 00 |

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

Anotação da Unidade: Prejudicado

Observação da Corregedoria: A Unidade possui apenados em regime aberto - 38 execuções.

12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

Anotação da Unidade: Prejudicado

Observação da Corregedoria: Em análise por amostragem, verificou-se que no Processo nº 0002667-02.2016.8.14.0076, tendo como apenado EDIEL SOARES SALES, ainda não foi expedida guia de recolhimento. Sugere-se a determinação para que a Unidade expeça guias de recolhimento, tanto provisório quanto definitiva, com regularidade.

12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Prejudicado

Observação da Corregedoria: Não há apenado cumprindo medida de segurança.

12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Prejudicado

Observação da Corregedoria: A Unidade não executa pena em regime fechado.

Sistema SEEU:

Acervo ativo:

A captura de tela mostra a interface do sistema SEEU do CNJ. No topo, há uma barra de navegação com o logotipo do SEEU e do CNJ, e um menu de seleção de varas. O menu selecionado é "Vara Única da Comarca de Acará - Execuções Penais em Meio Aberto". Abaixo, há uma barra de menu com opções como "Início", "Pendências de Incidentes", "Cumprimentos de Medidas", "Estatísticas", "Intimações", "Análise de Juntadas", "Outros Cumprimentos", "Lembretes" e "Sessões de Julgamento". O conteúdo principal é dividido em seções: "Dados do Juízo" (Nome: Vara Única da Comarca de Acará - Execuções Penais em Meio Aberto), "Execuções Ativas" (Total de Processos: 38), "PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)" (Secretaria: 0, Incidente pendente de julgamento: 6, Incidente vencido: 9, Cumprimento de pena interrompido: 9, Processos extintos aguardando arquivamento: 0), "PROCESSOS AGUARDANDO" (Cumprimento de pena privativa de liberdade: 25, Cumprimento de pena alternativa: 0) e "PROCESSOS EM REMESSA" (Em Remessa: 0, Em Remessa (exceto processos concluídos): 0). Na base, há a seção "Fila do BNMP" (Total de Registros: 0).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: No que se refere à análise de juntadas e pendências de incidentes, havia feitos com providencias a serem adotadas:

Vara Única da Comarca de Acará - Execuções Penais em Meio...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início **Pendências de Incidentes** Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

| A vencer | Vencidos | Instaurados e Pendentes de Decisão |
|--|--|------------------------------------|
| Progressão para Semiaberto: 0 | Progressão para Semiaberto: 0 | Instaurados até 30 dias: 0 |
| Progressão para Aberto: 0 | Progressão para Aberto: 0 | Instaurados entre 30 e 60 dias: 0 |
| Livramento Condicional: 0 | Livramento Condicional: 0 | Instaurados entre 60 e 90 dias: 0 |
| Indulto: 0 | Indulto: 0 | Instaurados há mais de 90 dias: 7 |
| Comutação: 0 | Comutação: 0 | |
| Prescrição Executória: 0 | Prescrição Executória: 1 | |
| Término de Pena: 1 | Término de Pena: 0 | |
| Medida de Segurança: 0 | Medida de Segurança: 0 | |
| Liberação Condicional: 0 | Liberação Condicional: 0 | |
| Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: 0 | Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: 0 | |

Vara Única da Comarca de Acará - Execuções Penais em Meio...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações **Análise de Juntadas** Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

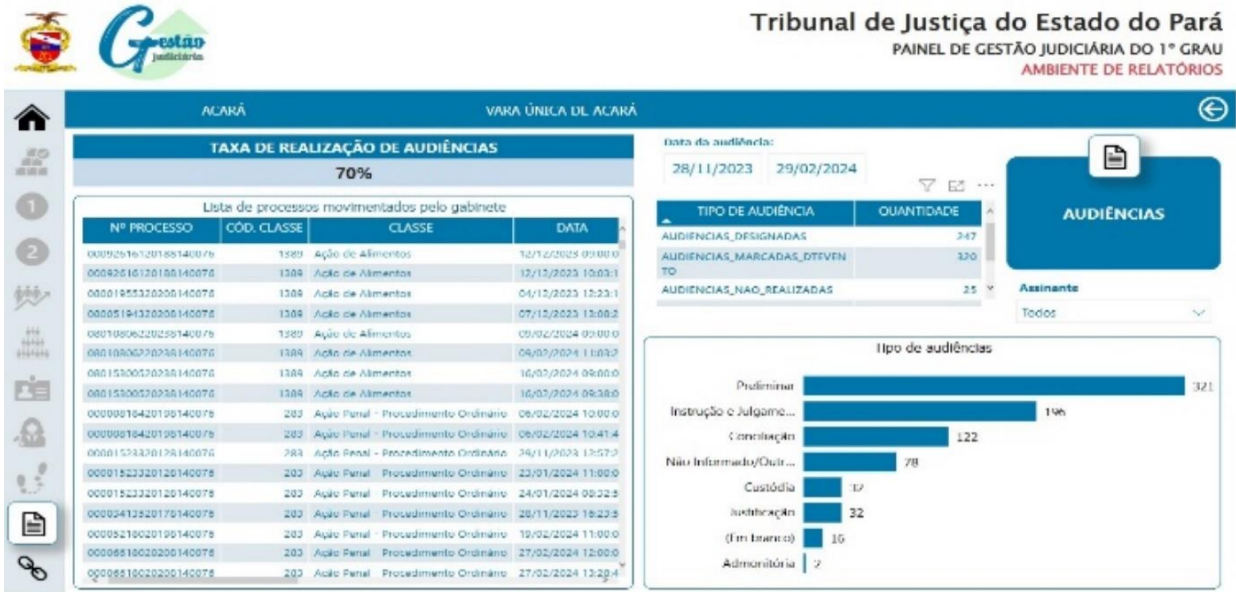
| Com Urgência | Para Realizar |
|-------------------------|--|
| Juntadas: 3 | Juntadas: 55 |
| Retorno de Conclusão: 7 | Retorno de Conclusão: 27 |
| | Mandados aguardando análise de retorno: 0 |
| | Cartas Precatórias Eletrônicas aguardando análise de retorno: 0 |
| | Comunicações aguardando retorno: 0 |
| | Recurso de Agravo aguardando envio à 2ª Instância: 0 |
| | Mandados aguardando publicação: 0 |
| | Mandados de Prisão cumpridos e aguardando análise de juntada: 0 |
| | Mandados a prescrever em até 15 dias: 0 |
| | Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em atraso: 0 |
| | Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em análise: 0 |
| | Processos Aguardando Recebimento no Distribuidor: 0 |
| | Movimentação de Audiências Pendentes: 1 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

13. DAS AUDIÊNCIAS:

Observação da Corregedoria: No que se refere à realização de audiências nos últimos 90 dias, o Painel de Gestão Judiciária aponta os seguintes índices:



| TIPO DE AUDIÊNCIA | QUANTIDADE |
|-------------------------------|------------|
| AUDIÊNCIAS_DESIGNADAS | 247 |
| AUDIÊNCIAS_MARCADAS_DTEVEN TO | 320 |
| AUDIÊNCIAS_NAO_REALIZADAS | 25 |
| AUDIÊNCIAS_REALIZADAS | 172 |
| AUDIÊNCIAS_REDESIGNADAS | 35 |

| TIPO DE AUDIÊNCIA | QUANTIDADE |
|------------------------------|------------|
| AUDIÊNCIAS_DESIGNADAS | 247 |
| AUDIÊNCIAS_MARCADAS_DTEVENTO | 320 |
| AUDIÊNCIAS_NAO_REALIZADAS | 25 |
| AUDIÊNCIAS_REALIZADAS | 172 |
| AUDIÊNCIAS_REDESIGNADAS | 35 |
| Total | 799 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB?

(Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: Durante a Inspeção, foi informado que quando não se faz possível a realização da audiência no prazo de 24 horas, há registro de justificativa nos autos e designação para data mais próxima, analisando-se, previamente, o flagrante não coibir eventual prisão ilegal. A Unidade não tem Defensor Público de plantão. Deve ser recomendada a manutenção da realização de audiência de custódia no prazo de 24 horas, e que seja devidamente cumprido os termos da Resolução n. 306/2019-CNJ, no que se refere à identificação civil dos custodiados.

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Anotação da Unidade: 19/02/2024

Observação da Corregedoria: Em inspeção foi verificada que a última audiência de custódia em decorrência de cumprimento de mandado de prisão preventiva foi realizada em 19/2/2024, processo n.º 0801986-52.2023.8140076.

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade: 90

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

que se encontra presa?

Anotação da Unidade: 04/06/2024

Observação da Corregedoria: Está designada para o dia 4/6/2024, nos autos do processo 0800973-18.2023 – violência doméstica.

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

Anotação da Unidade: Nenhum.

Observação da Corregedoria: Tem processo pronto com júri designado para 8/05/2024, processo n.º 0800727-27.2020.814.0076. Não foram designados outros júris. A Magistrada deixa uma quarta-feira do mês reservada para sessão do Júri.

14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Anotação da Unidade: Nenhuma.

Observação da Corregedoria: A Magistrada assumiu a Unidade em 14/12/2023.

**14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri?
Listar processos nesta situação.**

Anotação da Unidade: 24.

Observação da Corregedoria: Foi esclarecido pela Magistrada e Diretora de Secretaria que os 24 processos reportados pela Unidade são referentes ao Tribunal do Júri, porém não estão prontos para designação do Júri.

15. CORREIÇÃO ANUAL:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.

Anotação da Unidade: Correição de 2023, de 15 a 17.01.2024 - PJECOR 0000597-39.2024.200.0814

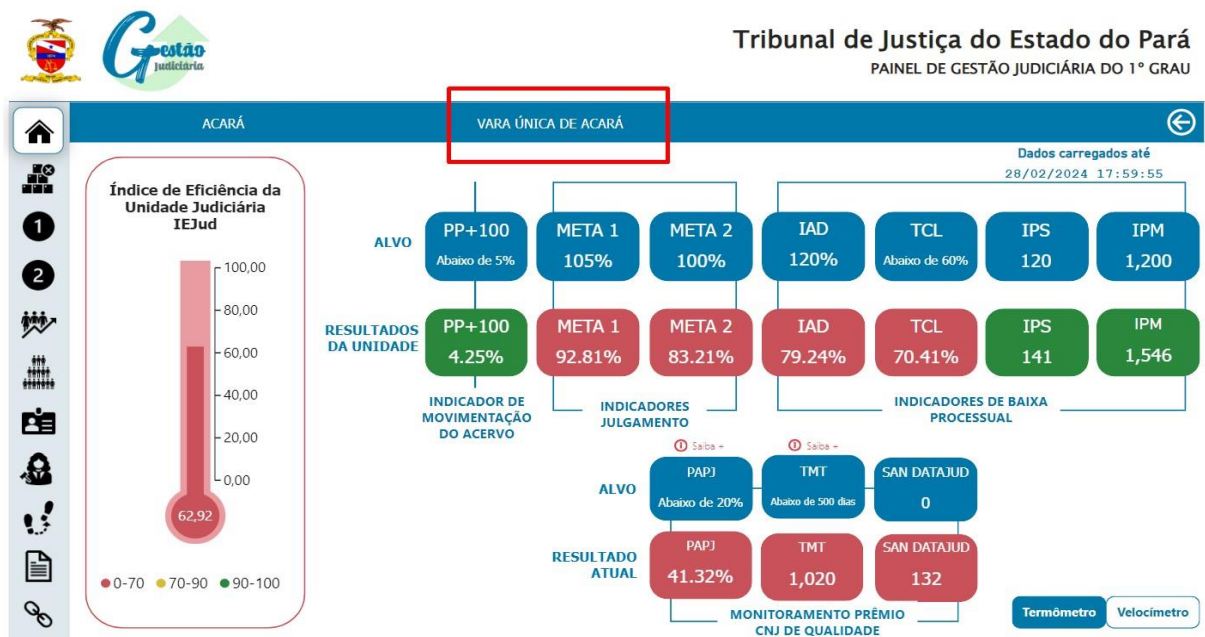
15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?

Anotação da Unidade: Até o momento não.

Observação da Corregedoria: a penúltima correição realizada pela Unidade ocorreu no período de 12 a 17/4/2023, conforme processo nº 0000689-51.2023.2.00.0814, cujas ações implementadas na Unidade devem ser reportadas no relatório da correição ordinária anual de 2023, considerando que a Unidade não alcançou os indicadores necessários para melhorar o índice de eficiência da Unidade Judiciária, bem como o cumprimento das Metas Nacionais.

16. DADOS ESTATÍSTICOS:

Iejud





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Detalhamento de acervo



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ACARÁ VARA ÚNICA DE ACARÁ

| ACERVO | ACERVO ATIVO | PARALISADOS+100 | CONCLUSOS | CONCLUSOS+100 |
|--------|--------------|-----------------|-----------|---------------|
| 4.191 | 178 | 434 | 11 | |

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Paralisado entre (dias):
1 15213

Último movimento
Todos

Sistema
Todos

Acervo ativo por classe e situação processual

| CLASSE | EM ANDAMENTO | JULGADO | Total |
|---|--------------|------------|-------------|
| Procedimento Comum | 779 | 350 | 1129 |
| Ação Penal - Procedimento Ordinário | 505 | 105 | 610 |
| Termo Circunstanciado | 418 | 105 | 523 |
| INQUÉRITO POLICIAL | 371 | 10 | 381 |
| Cumprimento de sentença | 24 | 175 | 199 |
| Retificação ou Suprimento ou Restauração de | 115 | 14 | 129 |
| Total | 3223 | 967 | 4191 |

Lista de processos no acervo ativo da unidade

| Nº DO PROCESSO | ANO DO PROCESSO | SITUAÇÃO | SISTEMA | IDCLASSE | CLASSE |
|----------------------|-----------------|--------------|---------|----------|------------------------------------|
| 08020688320238140076 | 2023 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 279 | INQUÉRITO POLICIAL |
| 00053691320198140076 | 2019 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 10943 | Ação Penal - Procedimento Sumário |
| 08016314220238140076 | 2023 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do Juizado Especial C |
| 08018358620238140076 | 2023 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 40 | MONITÓRIA |

Área
Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não)
Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)
Todos

Sigilo (S: sim; N: não)
Todos

Juizo 100% Digital (S: sim; N: não)
Todos

Prioridade (S: sim; N: não)
Todos

Liminar/Tutela (S: sim; N: não)
Todos

Número do processo
Todos

Quantitativo de processos julgados e não baixados

ACARÁ VARA ÚNICA DE ACARÁ

JULGADOS E NÃO BAIXADOS
569

Resumo de processos julgados e não baixados

| CLASSE | JULGADOS E NÃO BAIXADOS |
|---|-------------------------|
| Procedimento Comum | 236 |
| Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) | 87 |
| Ação Penal - Procedimento Ordinário | 65 |
| Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 | 19 |
| Procedimento do Juizado Especial Cível | 19 |
| Total | 569 |

Lista de processos julgados e não baixados

| Nº PROCESSO | CÓD. CLASSE | DESISTEMA | CLASSE | ASSUNTO |
|----------------------|-------------|-----------|--------------------------------------|--|
| 00000613020188140076 | 1707 | PJE1G | Reintegração / Manutenção de Posse | 10328 - Reintegração |
| 00000821120158140076 | 283 | PJE1G | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 5560 - Decorrente de Violência Doméstica |
| 00001210820158140076 | 7 | PJE1G | Procedimento Comum | 10450 - Adjudicação Compulsória |
| 00001217620138140076 | 1111 | PJE1G | Execução de Título Judicial | 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer |
| 00001252120108140076 | 1116 | PJE1G | EXECUÇÃO FISCAL | 6017 - Dívida Ativa |
| 00001291420178140076 | 69 | PJE1G | Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 | 6239 - Fixação |
| 00001324220128140076 | 69 | PJE1G | Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 | 6239 - Fixação |

JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Número do processo
Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)
Todos

Sigilo (S: sim; N: não)
Todos

Juizo 100% Digital (S: sim; N: não)
Todos

Prioridade (S: sim; N: em branco)
Todos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

17. OBSERVAÇÕES GERAIS:

A Comarca de Acará compõe o 2º Pólo-2ª Região Judiciária do TJPA-94ª Zona Eleitoral.

A Exmª Srª Drª Emília Nazaré Parente e Silva de Medeiros é a Juíza Titular da Comarca desde 14/12/2023 e atua na 94ª Zona Eleitoral. A servidora Emelin Sousa do Espirito Santo é a Diretora de Secretaria desde janeiro de 2023. Atuam na Comarca um Promotor de Justiça titular, desde maio de 2023 e Defensor Público, desde outubro de 2022. Não há Defensor Público plantonista, em razão disso, as audiências de custódia que deveriam ser realizadas aos finais de semana, são realizadas no primeiro dia útil subsequente. **Sugere-se** ao Exmo. Corregedor Geral que determine a expedição de ofício ao Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública Estadual solicitando que sejam designados Promotor e Defensor para os plantões judiciais do final de semana.

O Fórum fica localizado em prédio de 01 (um) pavimento térreo, havendo previsão de ampliação, de forma a melhorar as condições atuais, inclusive com sala para oficiais de justiça e mais espaço para o gabinete da magistrada (sigadoc PA-MEM 2024/03482). No que se refere à segurança da edificação, há alarme e câmeras de segurança instaladas e funcionando no Fórum. O agente de segurança é funcionário de empresa terceirizada e labora das 7h às 16h40, de segunda a sexta-feira. Durante a semana, os presos provisórios que são encaminhados para participar das audiências de custódia ficam aguardando na sala do Ministério Público.

A magistrada titular informou à equipe de inspeção que formalizou expediente ao Departamento de Patrimônio e Serviços do TJPa (siga-doc TJPA-MEM 2024/11582, de 29/2/2024), informando que o terreno que pertence ao Fórum é maior do que a área que foi murada por ocasião da última manutenção realizada no prédio. Informou, ainda, que na parte não murada e que pertence ao TJPA foi realizada uma construção por pessoa não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

identificada. Há no município uma casa que servia de residência dos magistrados da Comarca e que se encontra sem uso. **Sugere-se** que seja dada ciência da situação dos dois imóveis à Presidência deste Tribunal e à Secretaria de Administração para as providências que entenderem cabíveis.



A Equipe Multidisciplinar da Comarca é composta apenas pela assistente social Izabela Silva, servidora cedida pela Prefeitura do Município, que faz estudos sociais e iniciou suas funções no Fórum em 23/01/2023. A referida servidora reportou dificuldade com transporte para que possa se locomover, com segurança, às diversas localidades da Comarca de Acará para realização dos estudos, uma vez que os realiza sozinha. Atualmente quem a transporta é a oficial de justiça ad hoc.

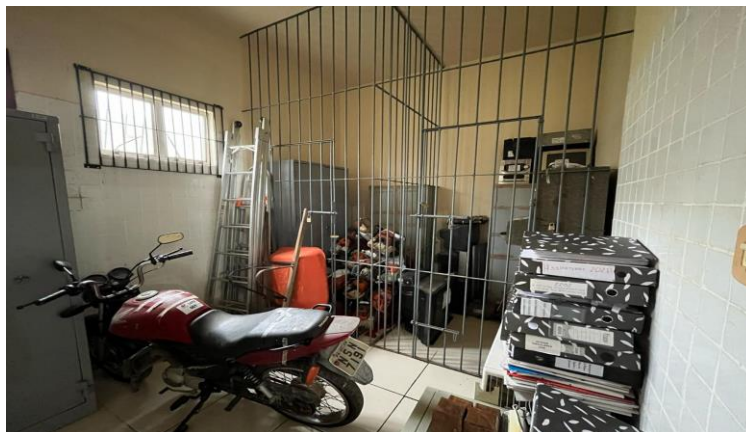
Foi informado que no dia 01/02/2024 foi protocolado pedido junto à Prefeitura local, solicitando a possibilidade de que um carro da Prefeitura realize o transporte da assistente social.

Durante os trabalhos de inspeção, em 29/02/2024, às 14h, o Corregedor Geral de Justiça realizou reunião com os oficiais de justiça da Comarca de Acará, ocasião em que os oficiais relataram a dificuldade em desempenhar suas atividades, vez que não possuem uma sala própria e que se utilizam do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

salão do júri para execução de atividades necessárias no Fórum. Relataram ainda que, por diversas vezes, permanecem na sala no momento em que os presos aguardam as audiências, pois as celas estão sendo utilizadas como depósito. Sem prejuízo ao reconhecimento da melhoria do ambiente do Fórum já impulsionados pela magistrada, Diretora de Secretaria e servidores, até que seja iniciada a reforma prevista para o prédio do Fórum, quando será possível destinar uma sala aos oficiais de justiça, **recomenda-se** que seja providenciada a organização da sala da guarda no salão do júri, onde localizada a carceragem, utilizada como depósito de bens apreendidos, dentre estes, motosserras pendentes de destinação, além de outros bens e caixas de processos arquivados.



Os oficiais de justiça relataram, ainda, dificuldade em realizar o cumprimento dos mandados no interior, uma vez que dispõem de um carro e uma moto. A área de atuação dos oficiais de justiça compreende vários rios e algumas diligências chegam a 60 km. A maior parte dos mandados são na área rural. Para melhor cumprimento das diligências, solicitaram a possibilidade de aquisição de um veículo mais apropriado, que seria uma pick-up. O Fórum da Comarca possui um veículo VW Gol e uma motocicleta e por ocasião da análise da autocorreição realizada pelo magistrado Giordano Loureiro Cavalcanti Grilo, quando atuava na Comarca no ano de 2023, este Órgão Correicional encaminhou à Secretaria de Administração o sigadoc PA-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

MEM 2023/33951 solicitando que fosse verificada a possibilidade de locação/aquisição de veículo tipo caminhonete para a Comarca, em razão da extensa área rural que possui o município, expediente que se encontra ainda em tramitação, com último andamento em 06/12/2023 e anotação “*analisar e verificar quais as providências cabíveis*”. Considerando a inspeção ora realizada e a verificação *in loco* de que a demanda persiste, **sugere-se** que seja reiterado o ofício expedido à SEAD, ratificando o pedido anterior.

Como boa prática da Unidade, desenvolvida pela Analista Judiciária Mariana Pinto Murrieta, foi realizado o download dos 1.103 processos disponibilizados no painel de gestão, criadas etiquetas de esforço de julgamento no PJe e a partir de maio de 2024 serão designadas audiências nos processos anteriores a 2022.

A Diretora de Secretaria adotou necessárias medidas de gestão na Unidade, encaminhando ao arquivo geral caixas de processos físicos que estavam avolumados no salão do júri, impedindo acesso às cadeiras do público, doação de bens inservíveis que estavam no fórum, solicitação de login e senha aos servidores cedidos, uma vez que utilizavam senhas dos servidores efetivos e, a solicitação de um estagiário à Secretaria de Gestão de Pessoas, estando em processo de contratação (PA-MEM 2023/65921).

Salão do Tribunal do Júri - ANTES



Salão do Tribunal do Júri - DEPOIS





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Organização e remessa de caixas de processos físicos da Comarca de Acará ao Arquivo



A Magistrada Emília Parente, por sua vez, logo após assumir a titularidade da Unidade, implementou diversas medidas para incrementar a produtividade da Unidade, dentre estas, relatou 04 (quatro) servidores que exerciam atividades em gabinete produzido minutas, para que passassem a exercer atividades na secretaria da Unidade para ajudar no cumprimento dos



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

atos, promoveu mudança no layout da Secretaria, aprovado pelos servidores, readequou a pauta de audiência fazendo controle pelo Microsoft Teams e dividiu os cumprimentos das tarefas em Secretaria em matéria cível e criminal.

Secretaria da Comarca - Antes



Secretaria da Comarca - Depois





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

O sistema de identificação civil foi instalado pela Secretaria de Informática na sala da UNAJ, os servidores foram treinados, porém não é utilizado, tendo sido os servidores e a magistradas orientados a providenciar sua utilização imediatamente, em cumprimento à Resolução n. 306/2019 do Conselho Nacional de Justiça.



Em visita à Delegacia de Polícia Civil da Comarca, constatou-se a existência de dezenas de motos apreendidas e toras de madeiras que devem ter sua destinação providenciada nos feitos judiciais, em observância ao que determina o Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI. Na ocasião, foi entregue Delegado de Polícia e pela Norte Leilão cópia da listagem de motocicletas e de um carro apreendido (que se encontra no pátio do Fórum), penderes de destinação.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

No dia 29/02/2024, a Unidade contava com acervo ativo de **4.191** processos, encontrando-se **434** feitos conclusos, dos quais **11** se encontrava em tal situação há mais de 100 dias (**2,53%**). No ano de 2023, os índices de cumprimento das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça foram: **81,65%** (Meta 1), **74,22%** (Meta 2), **80,00%** (Meta 4), **84,10%** (Meta 8 VDM), **153,15%** (Meta 10) e **77,21%** (Meta 11). Há **569** processos julgados e não baixados, que certamente estão refletindo na baixa IEJud da Unidade e que devem ser verificados para análise da possibilidade de baixa. Os índices de **IPS (141)** e **IPM (1.546)** da Unidade estão satisfatórios, de acordo com o Painel de Gestão Judiciária.

Como parte dos trabalhos de Inspeção, foi promovido pela Corregedoria, *workshop* aos servidores da Comarca, no dia 01/03/2024, que contou com a participação da servidora Noemy Carvalho, assessora técnica da CGJ, com objetivo de sanar dúvidas dos servidores e da magistrada, relacionadas ao sistema PJE e suas particularidades, bem como demonstrar ferramentas que podem ser úteis para melhor gestão processual.



A Unidade de Arrecadação Judicial - UNAJ é chefiada pela servidora Ana Maria Fadul. Por ocasião da Inspeção, foram entregues à servidora cópia dos relatórios de pós fiscalização dos anos de 2022 e 2023, bem como da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

fiscalização do ano de 2024 realizadas pelo Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais – SOFAJ. **Recomenda-se** à magistrada que adote as providências constantes dos relatórios ou que determine à Secretaria ou a Chefia da UNAJ, a depender do caso, para que integralmente sejam observadas as orientações constantes dos relatórios de custas judiciais.

Situação constatada durante a Inspeção e que demanda adoção de providências, é o verificado nos autos do processo n. 0801315-29.2023.8.14.0076, quanto à intimação do Cartório do Distrito de Jurupariteua, em que houve expedição de mandado de intimação para cumprimento de carta precatória de restauração de registro de nascimento. Deve o Juízo proceder a intimação da serventia pelo PJE em todos os procedimentos em que figurar como parte processual, adotando-se como medida inicial a imediata notificação do oficial do cartório, senhor Antonio Carlos Elber Filho para que se habilite no sistema PJE e passe a receber as intimações diretamente pelo sistema, em cumprimento ao Provimento n.º 09/2022 – CGJ.

Conclui-se, portanto, em que pese ainda se faça necessário que sejam envidados esforços para julgamento dos processos que compõem as Metas do CNJ e destinação de bens apreendidos, após a titularização da atual magistrada titular, em 14/12/2023, medidas de gestão de acervo e de competência da Direção do Fórum foram e estão sendo implementadas, configurando relevante marco no incremento da prestação jurisdicional à população da Comarca de Acará.

Registre-se o agradecimento à magistrada Emília Nazaré Parente e Silva de Medeiros, à Diretora de Secretaria Emelim Sousa do Espírito Santo e a todos os servidores que laboram no Fórum da Comarca de Acará pela colaboração com a equipe de Inspeção, especialmente na coleta de dados que compõem o presente relatório.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

18. REGISTROS FOTOGRÁFICOS:

Abertura dos trabalhos de Inspeção



Fachada do Fórum da Comarca de Acará





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sala anexa do salão do Júri



Antiga residencia oficial do Juiz(a) da Comarca





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Reunião de encerramento dos trabalhos





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



19. ANEXOS:

1. Relatório de processos envolvendo réus presos provisórios.
2. Plano de trabalho da servidora Emelin Sousa do Espírito Santo.
3. Plano de trabalho do servidor Célio Roberto da Silva Leão.
4. Plano de trabalho da servidora Mariana Pinto Murrieta.
5. Formulário de Inspeção na Delegacia de Polícia.
6. Relatório de objetos apreendidos acautelados na Delegacia de Polícia.
7. Relatório de fiscalização judicial virtual realizada pela SOFAJ -08 a 9/2/2024.
8. Relatório de subcontas sem movimentação há mais de três anos.
9. Registro de terreno TJPA transmitido por aforamento pela Prefeitura do município.
10. Croqui do terreno onde fica situado o Fórum da Comarca.
11. Nota técnica que antecedeu os trabalhos de Inspeção - verificação do PJE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

pela assessora técnica Noemy Carvalho;

12. Automação de etiquetas no PJe.

Acará, PA, 1º de março de 2024.

ANA ANGELICA
ABDULMASSIH
OLEGARIO:7919

Assinado de forma digital por ANA
ANGELICA ABDULMASSIH
OLEGARIO:7919
Dados: 2024.05.24 11:24:07 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

PAULO SERGIO
OLIVEIRA:30015340
287

Assinado de forma digital por
PAULO SERGIO
OLIVEIRA:30015340287
Dados: 2024.05.24 10:52:45 -03'00'

Paulo Sérgio Oliveira

Servidor da CGJ

TATYANE CRISTINA
GARCIA DA
SILVA:66193290206

Assinado de forma digital por
TATYANE CRISTINA GARCIA
DA SILVA:66193290206
Dados: 2024.05.24 11:20:47
-03'00'

Tatyane Garcia da Silva

Servidora da CGJ